

Centro Histórico de Paranaguá: Espaço Urbano como Bem Patrimonial

Resumo

O presente texto tem como objetivo discutir a respeito dos usos e significados do centro histórico, parte da cidade protegida por legislações de preservação específicas, declarada detentora principal do registro histórico e da memória coletiva. Como categoria patrimonial, busca-se a compreensão do desse ambiente urbano preservado no contexto da cidade contemporânea, através das relações construídas no interior das sociedades complexas. Procurando agregar uma visão mais ampla e interdisciplinar, abrangendo aspectos materiais e subjetivos, o texto propõe a constituição do centro histórico a partir do encontro de duas trajetórias, a da dinâmica própria da cidade e a das definições conceituais e políticas que envolvem a preservação do patrimônio urbano e cultural.

É proposta ainda a noção de um espaço permeado de conexões ao invés de uma visão que o insere em um limite preciso, definido por técnicos e especialistas, que contém os elementos mais representativos arquitetônicos, históricos e paisagísticos. Essa nova noção permite estabelecer vínculos temporais, entre os diversos tempos existentes nesse espaço urbano; e conexões espaciais com o restante da cidade e com outras realidades, ressaltando as diversidades culturais ali existentes.

O pensamento enfoca a realidade nacional, através do contexto de Paranaguá-PR, considerando suas conexões com o cenário internacional vigente, procurando compreender como, no contexto das cidades e da sociedade brasileira, se dá a apropriação desse espaço urbano que atrai cada vez mais agentes públicos e estudiosos para a sua preservação e cada vez mais o setor privado tem demonstrado interesse em investir.

Introdução

Tendo como ponto de partida o centro histórico, a pesquisa apresentada articula uma discussão que procura compreender o sentido deste espaço urbano, assim como compreender suas relações de uso e significado dentro dos contextos das cidades e das sociedades contemporâneas, sob a égide dos conceitos, legislações e processos de gestão brasileiros, que determinam a preservação do patrimônio cultural. Estabelecendo um diálogo entre os campos da arquitetura e urbanismo, do patrimônio e da antropologia urbana, o texto reflete a partir de algumas questões: que sentido esse espaço memorial traz para a cidade e a sociedade contemporânea; que importância, em termos de usos e significados, ele traz para a vivência urbana atual, para as práticas sociais que se configuram dentro da cidade; que relações se estabelecem com as demais áreas da cidade.

Sendo o centro histórico uma categoria patrimonial com definições próprias, a ele são aferidas as marcas da identidade e da memória coletiva de um determinado grupo, tornando-o seu guardião. Pode simbolizar o ponto primitivo do núcleo urbano, mas deve-se ter em mente que em algum momento, esse espaço ora delimitado poderia significar a totalidade da cidade, *a síntese da diversidade que a caracteriza* (CARRIÓN, 2002, p.50), conformando uma superposição de camadas temporais e culturais heterogêneas, *convertendo-se em um palimpsesto do tempo* (CARRIÓN, 2002, p.48).

Nesse sentido, é proposta uma reflexão onde a consolidação do centro histórico no âmbito da cidade é o ponto de encontro de duas trajetórias construídas temporalmente: uma que corresponde à dinâmica própria da cidade, com expansões e estagnações do território, transformações culturais, econômicas e sociais; e outra que corresponde à das definições conceituais e políticas que envolvem a preservação do patrimônio urbano e cultural. Assim, o centro histórico incorpora os preceitos desses dois ambientes, relacionando-se às questões preservacionistas tanto quanto à evolução urbana, revelando a diversidade das práticas urbanas e culturais e buscando o encaixe entre critérios, concepções e valores definidos por especialistas da área de preservação do patrimônio cultural; e a dinâmica própria da cidade contemporânea, que constantemente institui novos usos e sentidos.

Ao longo do texto serão delineadas essas duas trajetórias que, apesar do encontro, não encerram um ponto final, apenas criam uma nova categoria - o centro histórico, que seguirá de maneira dinâmica sofrendo tantas transformações quanto às partes que a definem, modificando-se à medida que novos conceitos, ações, legislações e pensamentos são incorporados. Basta observar a trajetória dos pensamentos e intervenções urbanísticas ou as transformações ocorridas nos conceitos preservacionistas, desde o monumento isolado ao patrimônio urbano, à cultura imaterial e à paisagem cultural.

Embora evidentes as transformações, a incorporação de conceitos é processual e depende de diversos fatores que assentam tal processo em uma realidade local. Assim, ao analisar os marcos legais, institucionais e a gestão dos ambientes urbanos preservados no contexto brasileiro, percebe-se que, ao ser categorizado como patrimônio cultural - histórico, artístico, paisagístico, ao centro histórico é atribuído, por técnicos e gestores preservacionistas, um caráter sacralizado e, ao encerrá-lo em um perímetro, destacam-no do restante da cidade, privilegiando a materialidade dos aspectos históricos, arquitetônicos e paisagísticos em detrimento das tramas relacionais estabelecidas ao longo do tempo, que envolvem diversos atores sociais e criam um emaranhado de ações e interesses que exprimem características que o distinguem como lugar.

Nesta pesquisa, o olhar sobre centro histórico, que nos aspectos materiais transparece um conjunto relativamente coeso e consolidado, se além a um espaço de múltiplas conexões, trazendo para o primeiro plano, como sugerem Gupta e Ferguson, *a distribuição espacial de relações de poder hierárquicas*, sendo possível *entender melhor o processo pelo qual um espaço adquire uma identidade distintiva como lugar* (GUPTA; FERGUSON, 2001, p.34). Nesse sentido, o entendimento do centro histórico como ponto inicial do desenvolvimento de um determinado grupo, composto de maneira autônoma, é substituído pela noção de um espaço historicamente interligado por conexões, sejam elas migratórias, comerciais, relações de soberania e exclusão, que contribuíram e seguem contribuindo para a formação da sociedade ali estabelecida.

Enfocando a realidade brasileira, o trabalho se insere no contexto da portuária cidade de Paranaguá, no litoral do Paraná, cujos remanescentes históricos estão protegidos por perímetros delimitados na legislação de zoneamento municipal e pelas legislações de tombamento estadual e federal, além das proteções individuais aos monumentos considerados mais importantes.

Intitulada em discursos diversos, intelectuais e populares, *berço da civilização paranaense*, a cidade se conforma primordialmente a partir da mistura entre o povo indígena ali estabelecido e os aventureiros portugueses advindos do litoral sul paulista em busca das famigeradas minas de ouro. Atualmente a atividade portuária é o mote da economia local, trazendo para a cidade tanto ônus, quanto bônus próprios a esse tipo de atividade, gerando impactos não somente locais, mas de grande importância para o estado, além de um movimento transnacional que repercute no mercado nacional. No transcorrer desse tempo, do 'início' à atualidade, o território se torna testemunha perene do movimento de personagens de diversas épocas, que conformam a cidade a partir de transformações e permanências advindas de usos e significados configurados por interações, conexões culturais e comerciais, conflitos, relações de poder.

No momento atual, no âmbito do patrimônio urbano, tais atores podem ser qualificados dentro de uma esfera local – moradores, usuários, comerciantes, empresários, gestores municipais; e de esferas

externas (estadual, nacional e internacional) – gestores públicos, consultores, investidores, turistas, manifestando diversos interesses a serem mediados. No contexto atual do centro histórico de Paranaguá, a prioridade dos discursos está voltada para o recente reconhecimento de sua importância em nível nacional¹ e para a atração de investimentos que esse fato poderá gerar, principalmente no que se refere às atividades turísticas, que se encontram em pauta quase na totalidade dos bens culturais urbanos.

Assim, considerando esse momento de amplitude dos conceitos patrimoniais em busca da interação entre os aspectos materiais e imateriais dos bens culturais, o que se pretende é refletir sobre o papel do centro histórico e dos gestores, técnicos e especialistas que atuam nesse espaço urbano preservado que devem, prioritariamente, buscar compreender o significado da sua preservação, questionando para quem tal preservação tem sentido, procurando atuar como mediador nesse processo complexo que coloca o centro histórico em lugar estratégico nesse momento do pensamento urbano. Processo que apresenta possibilidades, tanto quanto limitações, podendo gerar distorções que esvaziam o sentido histórico e cultural tão caro aos herdeiros desses bens culturais.

A Dinâmica Própria da Cidade

Assim como acontece na maioria dos espaços urbanos, ao olhar a Paranaguá de hoje é possível identificar marcas de diversas épocas, tanto nos aspectos urbanos e arquitetônicos, quanto na subjetividade das relações sociais. Essa trajetória revela uma diversidade cultural que molda uma série de hibridações², mesclando costumes, tradições, inovações através de processos complexos de negociação e conflito. Mesclas presentes desde os primórdios em Paranaguá, na mistura entre índios e aventureiros portugueses ou na conformação da cultura caiçara³; mais recentemente, no desenvolvimento da atividade portuária que propicia um trânsito transnacional de diferentes culturas e mercadorias e na difusão de ações preservacionistas, que acaba por atrair a atividade turística e sua gama de atores. Tais fusões fazem parte da realidade parnanguara, mas em muitos momentos representam o contexto da conformação do estado e do país, sendo também facilmente inseridas em uma lógica global vigente.

¹ A reunião do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que definiu pelo tombamento federal do Centro Histórico de Paranaguá ocorreu em 03 de dezembro de 2009.

² Nos termos de Canclini, uma primeira definição do conceito pode ser assim descrita: *processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas.* (CANCLINI, 2008, p.XIX)

³ A cultura caiçara é entendida somente contexto de ocupação do litoral brasileiro e dos ciclos econômicos vividos nessa região, sendo definida por Antônio Carlos Diegues como *um conjunto de valores, visões de mundo, práticas cognitivas e símbolos compartilhados, que orientam os indivíduos em suas relações com a natureza e com os outros membros da sociedade e que se expressam também em produtos materiais (tipo de moradia, embarcação, instrumentos de trabalho) e não materiais (linguagem, música, dança, rituais religiosos).* DIEGUES, A. C. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. In: Enciclopédia Caiçara, Vol. 1. São Paulo: Hucitec, 2004 apud MARTINS, P. Inventário Nacional de Referências Culturais de Paranaguá: experiências e perspectivas, 2009.

Além desse amálgama cultural, a tendência globalizante e o crescimento vertiginoso das populações urbanas, que proporcionaram a interação através de sistemas comunicacionais diversos do que antigamente era isolado, traz à tona o que as ciências sociais denominaram ‘cultura urbana’, nos termos de Canclini, *aquilo que não pode mais ser entendido sob os rótulos de culto ou popular (...)*, tratando de *conter as forças dispersas da modernidade* (CANCLINI, 2008, p. 284).

As relações se alteraram certamente, tal cultura trouxe outros padrões para a vivência urbana. Na mediana Paranaguá, de aproximadamente 140.000 habitantes, é evidente a coexistência de tradições perpetuadas como o uso da canoa, a dança do fandango, o declamar do terço cantado, entre placas de publicidade, sinalizações de trânsito, pontos de ônibus. Ali coexistem tempos diversos, culturas diversas. Muitos se renderam a informação e ao entretenimento a domicílio, através da televisão e do computador, mas são comuns os encontros e conversas nas praças, nos mercados, nos armazéns, nos botequins, as discussões cotidianas, as opiniões formadas boca a boca.

Ao olhar a cidade sobre esse viés, é enfocada não apenas a sua materialidade e as formas ou critérios concretos que a conformam, mas também, e principalmente, ela é vista como lócus privilegiado das interações humanas, constituído por elas e ao mesmo tempo conformando-as. Cabe destacar assim uma distinção entre cidade e urbano, proposta por Henri Lefebvre e ratificada por Manuel Delgado. Para Delgado,

La ciudad es un sitio, una gran parcela que se levanta una cantidad considerable de construcciones, encontramos desplegándose un conjunto complejo de infraestructuras y vive una población más bien numerosa, la mayoría de cuyos componentes no suelen conocerse entre sí. Lo urbano es otra cosa distinta. No es la ciudad, sino las prácticas que no dejan de recorrerla y de llenarla de recorridos; la “obra perpetua de los habitantes, a su vez móviles y movilizados por y para esa obra⁴”. (DELGADO, 2007b, p.11)

Assim, a cidade não é observada e interpretada somente através da sua estrutura viária, das ruas, dos edifícios, dos espaços abertos, das redes de infra-estrutura, e nem exclusivamente através das vivências humanas que ali se estabelecem. É vista a partir das interações que ocorrem entre essas duas dimensões material e subjetiva, refletindo sobre aquilo que o próprio Delgado denomina espaço urbano, *o escenario y producto de lo colectivo haciéndose a si mismo, un territorio desterritorializado en que no hay objetos sino relaciones diagramáticas entre objetos, bucles, nexos sometidos a un estado de excitación permanente y hechos de simultaneidad y confluência*. (DELGADO, 2007b, p. 12)

Espaço urbano que planejadores, arquitetos e urbanistas procuram a muito compreender, debruçando sua ciência em pesquisar, definir estratégias e propostas que visavam, em um primeiro

⁴ LEFEBVRE, H. *El derecho a la ciudad.*, apud DELGADO, M. *Sociedades Movedizas*. 2007, p.11

momento do contexto brasileiro, seu embelezamento e saneamento. Intuito posteriormente substituído pela busca da cidade eficaz, que propunha aliar a ocupação do território com o desenvolvimento econômico e social. Nesse contexto, que perpassou a década de 1970, os planos diretores, sob suas diversas denominações, tiveram seu lugar de destaque, influenciando a criação de estruturas organizacionais sob a tutela do Estado. Apesar das boas intenções empreendidas pelos planejadores, o que se observou em muitos casos foi a ineficácia da aplicação desses planos, que em alguns momentos refletiam a importação de modelos alienados à realidade brasileira. Realidade que deflagrou e continua explicitando o colapso das estruturas urbanas, deixando transparecer a aparente fragilidade do poder público em manter o controle sobre o solo urbano, permeada por interesses políticos e econômicos diversos.

A partir das décadas de 1980 e 1990, sob uma lógica neoliberal, que agrega a globalização e a reforma do Estado, os pensamentos sobre a cidade são desenvolvidos a partir de uma concepção diferente, a temas como metrópole, periferia e planejamento urbano são adicionados os conceitos de planejamento estratégico, competitividade, descentralização. Essa perspectiva se une a uma perda da noção da totalidade da cidade, substituindo uma visão geral do território pelo desenvolvimento de propostas pontuais e isoladas, dentro de um processo de gestão que procura seguir uma lógica econômica da recuperação de investimentos, cada vez mais de caráter privado e estrangeiro.

Nesse contexto, os centros históricos vêm adquirindo uma função estratégica, quase autônoma frente às demais áreas da cidade, que os insere em uma rede de relações nacionais e internacionais visando atrair investimentos, principalmente relacionados à já referida atividade turística. Essa tendência fica evidente na fala recente do prefeito de Paranaguá, José Baka Filho:

Agora, nós contamos com um aliado fortíssimo, que é o governo federal. E aí pode ter certeza de que teremos uma sequência de notícias boas. (...) A indústria turística de Paranaguá vai crescer ainda mais com o tombamento, principalmente neste momento em que aguardamos o início da construção do Terminal Marítimo de Passageiros.⁵

As questões que envolvem o turismo e a mercantilização dos espaços urbanos abrangem outras áreas da cidade, que não só os perímetros preservados, e outras questões, como por exemplo, a ambiental. No centro histórico, a lógica global e mercantil em que o turismo está inserido já é parte do processo, mas deve ser considerada de maneira cautelosa para que esta atividade seja um componente que *não crie distorções no mercado imobiliário, no sistema de identidade e nas suas tradições culturais* (CARRIÓN, 2002, p.49). Será possível?

⁵ Entrevista publicada em matéria intitulada: Baka anuncia tombamento do conjunto histórico e urbanístico de Paranaguá, no site oficial do município de Paranaguá (<http://www.paranagua.pr.gov.br>) em 12 de maio de 2009.

Sob essa lógica de utilização do espaço, os processos de enobrecimento são freqüentes, como destacam diversos autores – o próprio Delgado (2007a), Smith (2006), Leite (2002), Zukin (2000) e, dependendo das relações hierárquicas de poder estabelecidas, podem até, equivocadamente, ser considerados naturais. Em nome do desenvolvimento econômico, os centros históricos têm deixado de fazer parte do cotidiano dos habitantes da cidade, para exclusivamente servir aos visitantes e investidores externos.

Em outro sentido, o espaço urbano é visto sob outra ótica, aquela do *caminhante* da cidade quase ignorada pelo *olhar divino*⁶ do planejador. Assim, é enfocada a partir dos personagens da vivência urbana - habitantes, usuários, enfim, componentes daquilo que a antropologia urbana denomina sociedades complexas. Para Gilberto Velho, tal categoria se caracteriza como aquela na qual *a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam categorias sociais distinguíveis com continuidades históricas e também aquela onde está presente a heterogeneidade cultural*, entendida como *a coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas, etc.* (VELHO, 1997, p.16).

Para Delgado, essa sociedade complexa se corporifica sobre bases menos estáveis, onde suas configurações sociais se conformam de maneira *escasamente orgânicas, poco o nada solidificadas, sometidas a oscilación constante y destinadas a desvanecerse enseguida.* (DELGADO, 1999, p.12). Segundo ele, tal sociedade conforma estruturas não estáveis, não porque esteja desestruturada, mas por estar constantemente estruturando-se.

Essas duas definições nos fazem perceber que há focos diferenciados para observar esse objeto, que em seu próprio nome se define complexo. Em tais sociedades, é necessário observar aquilo que se repete, que se torna constante através de uma constituição temporal, que configura as categorias sociais e a heterogeneidade cultural de Gilberto Velho, mas também é imprescindível o olhar minucioso e atento às rápidas transformações, como sugere Manuel Delgado, para compreender em vários níveis quais as interações que se estabelecem dentro dos mais diversos espaços urbanos.

Nesse sentido, a percepção sobre a dinâmica própria da cidade se complementa, tanto sobre bases materiais quanto subjetivas, e também a partir de uma temporalidade que é impressa cotidianamente, seja pelas mudanças físicas ou pelas relações sociais estabelecidas. Permanências e mudanças que denotam estagnações e expansões do território e fazem parte da presença dos remanescentes que hoje conformam o centro histórico da maioria das cidades brasileiras. As cidades se movem temporalmente e deixam rastros desse movimento, tanto quanto os edifícios envelhecem e as pessoas passam.

A Preservação do Patrimônio Cultural Urbano

⁶ CERTEAU, M. Invenção do Cotidiano 1: artes de fazer. Perspectiva descrita no capítulo Caminhadas pela Cidade.

Existe muita história em Paranaguá, mas está guardada somente na memória de algumas pessoas. Precisamos fomentar isso. É um belíssimo trabalho, um sonho parnanguara ter catalogada nossa história, nossa cultura imaterial.⁷

O comentário de Alceu Claro Chaves, presidente da Fundação Cultural de Paranaguá, a respeito do desenvolvimento do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)⁸ no município reflete uma vontade, quem sabe uma necessidade de guardar a história, as memórias, catalogá-las. Sentimento que não é só daquele lugar, que acabou por se transformar em fenômeno de proporção mundial, sendo investigado por diversos autores (Huysen, 2000; Choay, 2001; Jeudy, 2005) que o atribuem a um processo reativo à globalização, relacionando-o também às dificuldades das sociedades contemporâneas em lidar com a aceleração cultural, configurada pela sobrecarga de informações e percepções que acaba por nos deixar estáticos, como bem diz Huysen,

Quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global, que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto. (HUYSEN, 2000, p.32)

Esse significado atribuído ao patrimônio tem início, segundo Choay, no século XVIII, com o advento da Revolução Francesa onde, ameaçados por confiscos e atos de destruição, os bens da realeza e da burguesia foram consagrados à categoria de monumento em nome de sua função historiográfica, portanto denominados Monumentos Históricos. Conceito considerado de maneira isolada em um primeiro momento foi imediatamente vinculado à construção de uma identidade nacional, característica que o tornou viável para diversos países, sendo rapidamente apropriado.

No decorrer dessa perspectiva de guardar marcas do tempo em função de uma história nacional, surge o patrimônio urbano, no âmbito europeu do final do Século XIX, solidariamente às transformações urbanísticas modernizadoras daquela época. Tal patrimônio adquire sua identidade conceitual, conforme cita Choay, *tornando-se um obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano* (CHOAY, 2002, p.179).

A preservação do patrimônio urbano não conseguiu deter a maioria das transformações urbanísticas ocorridas naquela época, mas lançou a semente de um conceito que perdura e evolui até o presente momento, repercutindo novas conotações, sob a égide de preservar espaços de memória e identidade.

A construção do acervo patrimonial brasileiro também perpassou o afã político e social de criação de uma identidade nacional, obviamente com uma defasagem temporal com relação à realidade

⁷ Entrevista publicada em matéria intitulada: IPHAN realiza inventário de referências culturais em Paranaguá, no site oficial do município de Paranaguá (<http://www.paranagua.pr.gov.br>), em 21 de setembro de 2009.

⁸ Trabalho realizado no âmbito da 10ª Superintendência Regional do IPHAN, que está sendo desenvolvido pela empresa Traço Cultural – Arquitetura e Patrimônio Cultural.

européia, mas com não menos entusiasmo. A partir da década de 1930, no contexto do Estado Novo e sob a tutela de intelectuais modernistas, as definições conceituais e os marcos legais foram sendo instituídos, em um primeiríssimo momento a partir de uma visão ampla de cultura⁹ que abrangia a natureza material e imaterial dos bens a serem protegidos, somente retomada a partir da Constituição de 1988.

Ao longo dos anos, o que perdurou foi uma política voltada prioritariamente para a preservação do patrimônio arquitetônico e urbano, considerando primeiramente o acervo vinculado ao período da colonização. Posteriormente, foram sendo incorporadas contribuições de outras épocas, que representassem preferencialmente grupos hegemônicos, configurando uma eleição de bens a partir de uma visão que valorizava as questões históricas e artísticas. Visão que continua repercutindo nas instituições preservacionistas, mas que vem se transformando em função do grande esforço internacional e, conseqüentemente nacional, em ampliar o conceito de patrimônio e cultura a partir de interações entre a materialidade e a subjetividade do “objeto” ao qual se pretende preservar, trazendo à tona a diversidade de usos e significados impressos culturalmente pelos diversos atores que dele se apropriam.

Configura-se assim a evolução dos conceitos preservacionistas - monumentos isolados, monumentos em seu contexto, o contexto como monumento (áreas urbanas como monumento), chegando à descontinuidade monumental, quando saberes, celebrações e formas de expressão se tornam objetos de políticas de preservação.

Paranaguá perpassa essa trajetória na configuração de seu acervo patrimonial, desde os primeiros tombamentos do IPHAN em 1938 - o Colégio dos Jesuítas¹⁰ e a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres (na Ilha do Mel); passando pela proteção do sítio histórico no Plano Diretor de 1967, onde era considerada área de proteção rigorosa; pelo tombamento estadual desse sítio em 1990; o tombamento federal, oficializado em 2009; e atualmente quando se debruça sobre o INRC a fim de definir suas referências culturais, envolvendo não somente o centro histórico, mas as diversas localidades continentais e insulares que abrangem o município.

Ao agregar os aspectos intangíveis às políticas de preservação, os órgãos preservacionistas completam uma lacuna importante na preservação de referências culturais, produzindo conhecimento sobre as práticas sociais inseridas na realidade de regiões distintas, podendo estabelecer vínculos entre localidades, municípios, estados e até mesmo países, evidenciando conexões culturais independentes de fronteiras administrativas. Apesar dos avanços, uma questão ainda inquieta:

⁹ Refiro-me ao anteprojeto para a criação de um serviço de proteção ao patrimônio, elaborado por Mário de Andrade em 1936. Neste documento ele considera as manifestações eruditas e populares sob o conceito de arte, definindo oito categorias: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras.

¹⁰ Edifício que abriga hoje o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná.

Será que instituindo-se este novo conceito contribuímos para a superação da visão compartimentada que separa, parcializa e fragmenta as relações entre a Natureza e a Cultura, o Material e o Imaterial, o Tangível e o Intangível? (CORRÊA, 2001).

Já se passaram quase dez anos da instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial sob o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 e, apesar de todos os avanços conceituais e metodológicos vigentes, ao vivenciar em parte o processo do INRC em Paranaguá, fica a impressão de uma relação dicotômica que se torna excludente, o que é intangível é valorizado por exclusão àquilo que é tangível. Assim, o tangível tende a ser esvaziado do seu significado social, das interações culturais que proporciona, tornando freqüentes discursos como o da coordenadora do INRC em Paranaguá, Patrícia Martins, ao comentar o trabalho: *Antes, só era levado em conta nos inventários a questão de prédios e outros bens materiais e não se falava dos conhecimentos cotidiano, coisas que a população faz, a cultura imaterial*¹¹

É consciente que se trata de um processo complexo a busca dessa interação. Processo que depende de uma visão de mundo mais abrangente, de políticas que gerem a integração entre os diversos âmbitos de proteção institucional e de processos mais democráticos e participativos. Alguns caminhos apontam nesse sentido, o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC)¹² e a própria criação de uma nova categoria patrimonial pelo IPHAN, a Paisagem Cultural¹³, denotam isso, mas consciente de que há muito que caminhar para que tais conceitos e práticas se transformem em realidade, deixando de ser mera reprodução de modelos externos. Por ora, cabe ressaltar a proposta de José Reginaldo Gonçalves, para quem

os “patrimônios culturais” seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc. (GONÇALVES, 2005, p.16-17)

E refletir: como os centros históricos podem ser inseridos nessa proposta mediadora dos patrimônios culturais? Certamente seu caráter abrangente possibilita estabelecer vínculos importantes, desde que não sejam compreendidos somente como um espaço delimitado em um perímetro que contém os elementos mais representativos arquitetônicos, históricos e paisagísticos, e sim visto como um

¹¹ Entrevista publicada em matéria intitulada: IPHAN realiza inventário de referências culturais em Paranaguá, no site oficial do município de Paranaguá (<http://www.paranagua.pr.gov.br>) em 21 de setembro de 2009.

¹² Construído e implementado pelo IPHAN desde 2007, visa uma maior integração institucional entre os órgãos preservacionistas federal, estaduais e municipais.

¹³ Conceito regulamentado pela Portaria nº127, de 30 de Abril de 2009, do IPHAN.

espaço interconectado com o restante da cidade e com outras realidades, ressaltando as diversidades culturais ali existentes.

Centro Histórico: usos e significados na cidade contemporânea

Responder prontamente quais são os limites físicos do centro histórico é tarefa para técnicos e estudiosos, para quem é tão importante esmiuçar seu interior, ou talvez para turistas munidos de guias oficiais e mapas apropriados. Apesar das diferenças arquitetônicas e urbanísticas perceptíveis, não são essas características por si só que determinam a distinção entre o espaço preservado e o restante da cidade. Os usos, significados e fluxos estabelecidos fazem prevalecer a condição de espaço conectado com o todo da cidade e/ou em redes maiores que envolvem outras cidades, estados e países. Obviamente, fronteiras simbólicas podem ser geradas, inclusive no interior do próprio perímetro tombado, como bem descreve Proença Leite no caso do Bairro do Recife Antigo¹⁴. Nesse sentido, processos de gestão e intervenções urbanas podem reforçar essas barreiras ou desfazê-las, elas podem ser evidenciadas ou fazerem parte de um jogo de interesses ora dissimulados, ora esclarecidos em sua função de ordenar as relações sociais existentes naquele ambiente urbano.

No caso de Paranaguá, algumas configurações se delineiam. Tomando o centro histórico como ponto de observação, ali são distinguidos usos residencial, comercial, institucional, se realizam festas, procissões, manifestações públicas, shows, enfim, definições que geram uma infinidade de ações e envolvem uma gama de atores diversos, transformando o espaço físico no que pode se denominar lugar, um espaço repleto de significados e valores.

Dentre os usos atribuídos ao centro histórico é proposta, nesta pesquisa, a análise das relações que se estabelecem a partir das permutas comerciais. Compreendendo Paranaguá como um pólo para onde convergem pessoas de diversas localidades e municípios, desde os tempos remotos, as atividades que se relacionam ao comércio de produtos e serviços geram um fluxo diário, que foi se consolidando ao longo do tempo, trazendo componentes culturais diferenciados.

Em um breve observar desse universo cotidiano, na Rua da Praia, às margens do Rio Itiberê, onde se conforma uma paisagem que é o objeto principal das ações preservacionistas no âmbito urbano, diariamente ancoram pequenas embarcações ocupadas por homens, mulheres, famílias, insulanas e ribeirinhas, em busca de produtos e serviços para suprir suas necessidades cotidianas, encontrados nos simplórios armazéns ali situados. Nesse mesmo cenário, turistas embarcam em busca de novas paisagens, de histórias para contar, de artefatos 'típicos' encontrados nas bancas de artesanato do antigo mercado. Mesmo que sua presença ainda seja tímida, já existe um movimento para bem

¹⁴ LEITE, R. P. *Contra Usos e Espaço Público: notas sobre a construção dos lugares na Manguetown*, 2002

recebê-lo, uma intenção na consolidação dessa atividade, que muito em breve deverá gerar impactos significativos no pacato universo cotidiano dessa parte do centro histórico.



Figura 1 - Barqueiro no ir e vir cotidiano na Rua da Praia. Foto: Vanessa Soil – Google Earth 2009



Figura 2 - Turistas chegando de um passeio na Rua da Praia.

Porém, em Paranaguá os fluxos não se restringem ao transporte marítimo, o simples caminhar, as bicicletas, os carros e os ônibus também fazem parte desse contexto de trocas comerciais e culturais que ocorrem diariamente e que incluem outras instâncias, no interior do perímetro preservado, conformando a centralidade no município. São os empreendimentos de grandes redes nacionais; as lojas e centros comerciais da comunidade libanesa, com forte influência na cidade; os restaurantes chineses; e aqueles que servem o típico barreado e os cobiçados frutos do mar, que outrora geravam um trânsito de pessoas desde Curitiba, que desciam a serra para saborear tais iguarias “frescas”,

recém tiradas do mar. Tradição quase abandonada pela praticidade do dia a dia, onde peixes e camarões podem ser encontrados em qualquer supermercado, mesmo que congelados.



Figura 3 - Rua de comércio no Centro Histórico de Paranaguá.

Ainda há as relações estabelecidas no Mercado do Artesanato, no Mercado do Café e no Mercado Municipal, na Rua Hugo Simas e na Praça Fernando Amaro, enfim nessa perspectiva há muito que compreender, esse observar ainda é insipiente e necessita de um tempo maior para a sua consolidação como método de análise. Porém, a ideia que fica é a do olhar para o centro histórico a partir dessas relações, enfocando o que se transforma e o que permanece, no âmbito material e subjetivo, criando assim um conhecimento das características que o configuram como lugar, compreendendo-se qual a abrangência dos seus significados.

Considerações finais

O texto não pretende ser conclusivo, mas contribuir para a discussão de ideias que promovam uma compreensão mais abrangente das questões relacionadas ao patrimônio cultural, sua preservação, formas de gestão e processos de intervenção.

Nesse sentido, cada cidade vai construindo e transformando suas relações com o centro histórico, o que torna imprescindível analisar em cada caso como funciona esse processo e quais os atores que nele se envolvem. No caso dos centros históricos protegidos por legislação estadual ou nacional, como é o caso de Paranaguá, uma gama de atores externos tem um grande poder de decisão sobre o espaço. A visão de agentes e técnicos das instituições preservacionistas é constantemente imposta àqueles que cotidianamente usufruem do centro histórico, seus habitantes e usuários. Torna-se evidente uma postura que procura 'ensinar' aos reais detentores do patrimônio como utilizá-lo e apreciá-lo, a partir da visão própria do técnico.

É necessário um esforço para que tal postura seja modificada, procurando avançar em dois sentidos: compreender o centro histórico como espaço urbano que interage com as demais partes da cidade, e que também pode se inter-relacionar com outros tipos de redes, de âmbito regional, nacional e mesmo internacional; e compreender esse espaço urbano a partir das interações sociais ali estabelecidas, procurando decifrar quais seus usos e significados sociais, destacando os atores que participam desse lugar.

A tendência atual de intervenção nesses bens patrimoniais tem apresentado um interesse divergente do proposto, em âmbito nacional e internacional. Tem-se priorizado, em diferentes níveis, transformações no espaço urbano que servem a uma lógica de mercado que visa atrair turistas e investidores para o cultuado consumo cultural. O que se observa é uma padronização nas intervenções – revitalizações, reabilitações, que buscam a criação de ambientes homogêneos, preparados para determinados tipos de turistas ou freqüentadores, fundamentadas em representações simbólicas, que destacam determinadas características culturais do lugar em detrimento de outras ou até mesmo as inventam, em nome de imagens estetizadas, apropriadas para serem consumidas.

Ao identificarmos o potencial mediador dos bens patrimoniais, reconhecemos que as negociações ocorridas no espaço urbano, conflituosas ou harmônicas, devem dar voz ampla à diversidade cultural existente naquele contexto determinado. Para tanto, é necessário mais que ouvir a opinião de habitantes e usuários, é preciso observar atentamente o que acontece no interior desses espaços urbanos, porque acontece e como. E analisar o que permanece, o que se transforma e o que vai sendo inserido, a partir de uma visão interdisciplinar.

Observar e investigar esse lugar, compreender as interações que ali acontecem pode ser uma tarefa complexa que demanda um tempo de dedicação paciente, mas que se mostra imprescindível para a qualidade da gestão desse espaço e da cidade. Apesar da evolução conceitual e metodológica, que tem desenvolvido instrumentos de gestão inovadores nos últimos anos, ainda se observam limitações nas conexões entre o tangível e o intangível, nas relações entre as instituições preservacionistas e os usuários dos bens culturais, entre a preservação e as relações de consumo cultural. Talvez esse novo olhar proposto não concretize um instrumento ou metodologia própria, talvez se configure por múltiplas ações transdisciplinares, talvez reflita apenas a necessidade de uma mudança de atitude.

Referências Bibliográficas

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ªEd. 4ªReimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARRIÓN, F. 20 temas sobre os centros históricos na América Latina. In: JOKILEHTO, J; ZANCHETI, S. M. **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002. p. 45-57.

- CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1994
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. 238p.
- CORRÊA, A. F. Mudanças no paradigma preservacionista clássico. **Revista da Associação dos Pós-Graduandos (APG)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 35-44, 2001.
- DELGADO, Manuel. Ciudades sin ciudad: la tematización “cultural” de los centros urbanos. In: LAGUNAS, D. (Coord.) **Antropología y turismo: claves culturales e disciplinares**. México: Editora Plaza y Valdez, 2007a. p.91-108.
- _____. **Sociedades movedizas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2007b.
- _____. **El animal público**. 5ª Ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 2008.
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papyrus, 2000. p. 31-49.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Legislação patrimonial**. [on-line] Disponível na internet em: <<http://www.iphan.gov.br/legislac/legisla.htm>> Acesso em: set. 2002.
- JEUDY, Henri Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n° 49, p. 115-172, junho/2002.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando conceitos**. 2ªEd. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000. p.121-192.
- MARTINS, P. **O Inventário Nacional de Referências Culturais de Paranaguá: experiências e perspectivas**. [s.l.,s.n.], 2009.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. **Baka anuncia tombamento do conjunto histórico e urbanístico de Paranaguá**. [on-line] Disponível em <http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=494> Acesso em março. 2010.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. **IPHAN realiza em Paranaguá inventário de referências culturais**. [on-line] Disponível em <http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=905> Acesso em março. 2010.
- SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à regeneração urbana como estratégia urbana global. In: BIDOUC-ZACHARIASEN, C. (Coord.). **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.
- VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura: **Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papyrus, 2000. p. 81-103.